

ENTRE O AUTORITARISMO E A DEMOCRACIA: A REORGANIZAÇÃO PARTIDÁRIA E AS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS DE 1945

Thiago Fidelis*

A convergência dos desdobramentos da Segunda Guerra Mundial com os acontecimentos da política nacional levou à organização de um cenário eleitoral em 1945, embora não era claro até então se Getúlio Vargas abandonaria o poder.¹ Ante a esta indefinição, os partidos começaram a se organizar visando às eleições para o Executivo, previstas para ocorrer ainda neste ano.

Com a derrota da Entente e a lenta derrocada da estrutura autoritária montada, a volta do país à democracia parecia inevitável. E a organização política brasileira passaria, necessariamente, pelos partidos políticos, pois o primeiro processo para esta democratização seria a convocação de eleições, com um regime pluripartidário e sem restrições. Embora o Ato Adicional de fevereiro de 1945 instituísse eleições, pouco se sabia sobre como seria este processo. A data ainda não fora fixada; não haviam candidatos declarados, nem se sabia como seria o sistema de votação, e se votariam a outros cargos além do Executivo. Com o fim da censura e a abertura (gradual) do regime, intensificaram-se as movimentações de oposição a Vargas. Havia vários grupos que se ressentiram de uma forma ou de outra, com o mandatário brasileiro; desde os opositores do regime de 1937 até aqueles que foram aliados do poder em algum momento durante o governo, todos buscavam formas de tirar o político gaúcho do poder.

Mesmo com a falta de regulamentação sobre o cenário político do período (principalmente no tocante a organização partidária), em 07 de abril de 1945 foi fundada a União Democrática Nacional (UDN).² A data de fundação não fora por acaso; em 07

* Graduado em História pela Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Estadual Paulista, campus Franca; Mestrando em História e Cultura Política pela mesma instituição.

¹ FERREIRA, Jorge. **A democratização de 1945 e o movimento queremista**. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília A. (orgs). **O Brasil Republicano – o tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003 (O Brasil Republicano; v.3), p. 35-39.

² BENEVIDES, Maria V. **A UDN e o udenismo: Ambigüidades do liberalismo brasileiro**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981 (Coleção Estudos brasileiros; v. 51), p. 38. O nome foi idealizado pelo intelectual Caio Prado Júnior, que era um dos entusiastas para a formação de um grande grupo de oposição a Vargas, pregando a volta da democracia no país. No entanto, a idéia em si não foi colocada

de abril de 1831 D. Pedro I renunciara ao posto de Imperador do Brasil, retornando a Portugal e deixando seu filho Pedro de Alcântara como regente e futuro imperador. O antigo imperador representava tudo o que seria ultrapassado na época: conservador, autoritário, despótico, violento. Nesta perspectiva, os grupos políticos que reagiram contra o Imperador haviam conseguido esta vitória, levando o país a um período de relativa harmonia (que durou muito pouco, uma vez que o Período Regencial foi bastante conturbado), fazendo assim que a nação se desenvolvesse. Cento e quatorze anos depois, a história se repetia nesta ótica: novamente havia um governante ultrapassado, que representava todos os defeitos da política nacional, sendo um coronel, caudilho, autoritário, centralizador, intervencionista, etc. Afastá-lo do poder seria uma questão de honra, e os “arautos” da UDN estariam dispostos a tal sacrifício; para estabelecer a democracia, só haveria uma forma: derrubar o atual ditador.³

A estruturação do partido foi feita em cima de uma prioridade: o lançamento do nome do Brigadeiro Eduardo Gomes como candidato a presidência da República (candidatura esta que já era pensada desde fins de 44), mesmo a data das eleições não tendo sido estabelecida. A UDN não se estruturou em torno de comitês ou de idéias em comum; o único fio condutor era a oposição irrestrita a Vargas, embora os motivos pelos quais se fizessem esta oposição eram os mais variados.

Além da UDN, outros grupos se movimentavam no intuito de formarem agremiações que viriam dar origem a partidos políticos. Por parte do governo esperava-se que fosse formado um grupo forte, baseado nos políticos que participaram da administração do país (principalmente os ligados ao *Estado Novo*). E de fato houve esta movimentação: boa parte destes políticos discutia desde meados de 1944 a criação de um partido político,⁴ e muitos deles também se movimentavam em torno de uma candidatura para a substituição de Vargas no poder.

em prática, e Prado Júnior não participou do grupo criado, estando nas fileiras do Partido Comunista Brasileiro (PCB).

³ BENEVIDES, 1981, op.cit., p. 23-28.

⁴ HIPOLITO, Lucia. **De raposas e reformistas – o PSD e a experiência democrática brasileira (1945 – 64)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985 (Coleção Estudos Brasileiros, v. 85), p. 120-121. No entanto, os interventores não eram unânimes quanto a forma de se estruturar este novo partido. Amaral Peixoto (RJ), Agamenon Magalhães (PE) e Henrique Dosdworth (DF) defendiam a formação de um partido político de caráter nacional, enquanto que Fernando Costa (SP) e Benedito Valadares (MG) defendiam a formação de partidos fortes regionalmente, buscando reviver a força dos partidos republicanos de seus respectivos estados.

Quando o interventor pernambucano Agamenon Magalhães assumiu o Ministério da Justiça em março de 1945, tanto Vargas quanto parte dos interventores tinham em mente a necessidade de ordenar o processo de abertura, com a tese da formação de um partido nacional sendo a mais aceita entre estes correligionários, uma vez que a questão da centralização política foi de vital importância para Getúlio durante o período em que ficou no poder.

Embora formalmente não existisse ainda um partido, o lançamento da candidatura de Eduardo Gomes exigia dos governistas uma resposta rápida em relação às possíveis eleições do Executivo. Depois de um acerto entre os correligionários (praticamente todos os interventores envolvidos), em 13 de março o interventor mineiro Benedito Valadares lançou, em São Paulo, a candidatura do ministro da Guerra de Vargas, General Eurico Gaspar Dutra. Embora sem experiência política, Dutra tinha até então uma carreira militar bastante sólida: de origem mato-grossense, sempre esteve ao lado do Exército em momentos de conflitos (como as revoltas tenentistas da década de 20), embora sua oposição ao golpe de Vargas em 30 rendera-lhe uma transferência da capital nacional para seu estado de origem. Em decorrência dos conflitos em São Paulo em 32, Dutra foi incorporado ao departamento de Aviação Militar no Rio, tendo atuação destacada também no levante comunista em 35. Devido a seu desempenho, foi nomeado em 1936 ministro da Guerra, cargo o qual ocupou até seu nome ser indicado para as eleições do Executivo.⁵

Não havia, entretanto, uma única movimentação partidária por parte do governo. Com a regulamentação das leis trabalhistas e o fortalecimento da imagem de Getúlio perante a população, os trabalhadores oriundos deste período de industrialização formavam um grupo importante para qualquer agremiação política que quisesse chegar ao poder. No entanto, a identificação destes trabalhadores com um partido formado por interventores e políticos “tradicionais” seria bastante difícil, já que este grupo via nestes políticos o passado, a época em que não havia “emprego nem desenvolvimento no país”.

Com base principalmente no Partido Trabalhista Inglês, políticos ligados ao Ministério do Trabalho se organizaram (sob a tutela de Vargas) no intuito de formar um

⁵ LEITE; NOVELI JR, op. cit., p. 45-109.

partido neste mesmo molde no Brasil;⁶ e esta organização estaria ligada, intrinsecamente, a figura de Getúlio. No começo de março um incidente ocorrido na Praça da Sé, em São Paulo, exemplificou bem o sentimento de boa parte dos trabalhadores em relação à imagem do político gaúcho: estudantes do Centro Acadêmico Onze de Agosto (da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo) faziam um comício manifestando oposição e repúdio ao atual presidente, com severas críticas aos atos do governo praticados, principalmente durante o *Estado Novo*. Depois de vários discursos inflamados pela liberdade de expressão e política, alguns transeuntes, munidos de panelas, começaram a vaiar o comício e gritar o nome de Vargas, defendendo o atual presidente com os dizeres “Nós queremos Getúlio”; a confusão ganhou grandes proporções, e o comício acabou sendo desfeito. Em Belo Horizonte ocorreram, poucos dias depois, incidentes parecidos, com a sede de vários jornais oposicionistas sendo parcialmente destruídas.⁷ Formalmente, a 26 de março nascia o PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), com sua ata e seu estatuto sendo redigidos pelos técnicos do Ministério do Trabalho (sem haver participação efetiva dos trabalhadores neste processo).⁸

Além do grupo governista que buscava a organização partidária em torno dos trabalhadores, havia também os partidários comunistas, que contavam com este mesmo grupo como sua principal base de apoio (principalmente os trabalhadores industriais dos centros urbanos). Existente desde 1922, o Partido Comunista desfrutara apenas de poucos momentos com registro legal, embora continuasse existindo na ilegalidade. Em 1943, foi realizada a Segunda Conferência Nacional do PCB, conhecida também como *Conferência da Mantiqueira* (28 de agosto), cujo principal ponto de pauta era qual seria o direcionamento do partido perante uma possível (e provável) abertura política;⁹ após

⁶ BENEVIDES, Maria V. **O PTB e o Trabalhismo: Partido e Sindicato em São Paulo: 1945-1964**. São Paulo: Brasiliense, 1989, p. 42.

⁷ FERREIRA, Jorge. **O imaginário trabalhista: getulismo, PTB e cultura política popular 1945-1964**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 24-25.

⁸ ARAÚJO, Maria C. S. d'. **Sindicatos, carisma e poder: o PTB de 1945-65**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996, p. 21-33.

⁹ GIOVANETTI NETTO, Evaristo. **O PCB na Assembléia Constituinte de 1946**. São Paulo: Novos Rumos, 1986, p. 33-54. Três teses foram debatidas e por fim votadas: a primeira colocava a dissolução do partido em prol de uma marcha popular pelo fim do fascismo; o segundo grupo, encampados pelos comunistas paulistas (entre eles Caio Prado Jr.) pregava uma união nacional contra o fascismo, embora também houvesse luta contra Vargas e o Estado Novo (esta união nacional seria formada por comunistas, outros grupos de esquerda e os democratas liberais); e por último havia a idéia da

os debates sobre qual direcionamento político tomar, Luis Carlos Prestes foi eleito Secretário-Geral do Partido (cargo equivalente ao de presidente). Preso desde 1935 por conta do levante comunista, em abril de 45 Prestes e mais vários outros presos políticos foram anistiados pelo regime, e o ex-tenente passou a divulgar com mais afinco as idéias do partido, demonstrando apoio à manutenção de Vargas no poder para continuar as reformas trabalhistas para beneficiar mais pessoas.

O partido organizado pelos interventores se autodenominou Partido Social Democrático (PSD).¹⁰ Em 28 de maio, foi publicado o decreto-lei n. 7.586, regulamentando as eleições a serem realizadas ainda em 1945 (2 de dezembro) para os cargos de Presidente e para a Câmara dos Deputados e Conselho Federal (Senado), regulamentando também as eleições para Governador e as Assembléias Legislativas, previstas para 5 de maio de 1946. Além de estabelecer datas, o decreto estabeleceu toda a estrutura que seria utilizada nas eleições, desde quem poderia votar (maiores de 18 anos, exceto os analfabetos e militares, além de ser facultado aos “inválidos”, maiores de 65 anos, brasileiros morando fora do país, magistrados, funcionários públicos afastados e as mulheres que não exerciam profissão remunerada), como funcionaria as seções eleitorais, como seria a apuração, bem como a organização dos partidos políticos, evidenciando seu caráter nacional: *Art. 109. Toda associação de, pelo menos, dez mil eleitores, de cinco ou mais circunscrições eleitorais, que tiver adquirido personalidade jurídica nos termos do Código Civil, será considerada partido político nacional.*¹¹

Comissão Nacional de Organização Provisória (CNOP), encampada por comunistas baianos e cariocas que defendiam total apoio a Vargas contra o inimigo externo (fascismo) e contra as forças reacionárias do país. Este último grupo foi o vencedor da disputa, e toda a conduta do PCB no período de redemocratização foi orientada por esta idéia.

¹⁰ Originalmente o nome seria apenas Partido Democrático; o termo Social foi incluído por sugestão de um dos fundadores, o interventor mineiro Benedito Valadares, que foi eleito o primeiro presidente da agremiação. Portanto, o partido em si não tinha raízes nos grupos sociais democratas europeus do início do século XX, nem ligações diretas com os outros partidos com a mesma sigla espalhados por vários países do mundo, que também estavam em processo de redemocratização (Alemanha, Áustria, Portugal, Suécia, entre outros), bem como alguns partidos estaduais que possuíam esta sigla antes do *Estado Novo*.

¹¹ BRASIL. Decreto-Lei n. 7586, de 28 de Maio de 1945. Regula, em todo o país, o alistamento eleitoral e as eleições a que se refere. **Lex:** Coletanea de Legislação, São Paulo, ano 9, p. 137-164, 1945. O trecho citado está na página 158.

O caso do PSD: a tradição do poder autoritário na democracia a ser constituída

Mesmo antes de a lei Agamêmnon ser publicada, o PSD já havia publicado, no mesmo mês de maio (dia 9) seu estatuto, expondo suas diretrizes e assumindo compromisso de estes pontos serem seguidos pelas pessoas eleitas através da sigla. Em seu programa, as diretrizes constitucionais foram expostas em 8 temáticas (Administração Geral e Financeira, Ordem Externa e Interna, Organização Social, Economia Nacional, Trabalho e Previdência, Saúde e Assistência, Educação e Cultura e Sistema de Viação), divididos em 197 pontos.¹²

Dentre estes vários pontos, o programa pessedista destacava a democracia através de um Estado intervencionista, buscando reduzir a desigualdade social e regulando a economia, sendo favorável a entrada de capital estrangeiro no país; o programa também se mostrava bastante moralista, ao defender a manutenção das relações estreitas com a Igreja e a base da formação cidadã na família. A idéia de cidadão presente no programa é focada no morador urbano; o campo foi pouco destacado nestes escritos partidários. Como exemplo deste aspecto há os tópicos relacionados ao trabalho industrial (praticamente todos os pontos da CLT de Vargas são descritos como bandeiras a serem defendidas pelo partido), além da ênfase na educação, com incentivos ao ensino técnico e ao ensino superior voltados para a área industrial (o ensino de 2º Grau seria voltado para a profissionalização do jovem, inserindo-o no mercado de trabalho). Em alguns pontos houve preocupação com as greves e as “agitações” operárias; embora o programa reconhecesse o direito às paralisações, este direito deveria ser utilizado apenas como último recurso, ainda sim sendo passível de punições caso fosse “mal” usado.

Tanto na divisão quanto nas descrições dos pontos do programa, era visível a proximidade do partido com as diretrizes do governo Vargas durante seus quase quinze anos de existência. A imagem que o PSD demonstrava através de seu estatuto era de que sua visão de governo, embora em um período democrático, baseava-se em muitos aspectos instituídos no *Estado Novo* (um período autoritário, distanciado da democracia).

¹² A íntegra do estatuto pode ser encontrada em CHACON, Vamireh. **História dos partidos políticos no Brasil**. Brasília: Universidade de Brasília, 1981, p. 393-410.

Mesmo com o estatuto e com a definição da data das eleições, o partido não estava totalmente formado. Embora a candidatura de Eurico Gaspar Dutra já tivesse sido lançada pelos interventores, seu nome ainda não estava consolidado como candidato da situação. Dois motivos principais entravavam a candidatura do então Ministro da Guerra: a falta de carisma e de apelo popular do General, além do silêncio de Vargas durante o processo. O próprio Dutra colocara várias vezes que não sentia que o então presidente o visse como candidato, e que se fazia algo pela sua campanha, era apenas por convenção, não por vontade própria.¹³

O poder do PSD era assentado nos grupos estaduais, principalmente dos interventores mais próximos de Vargas (Benedito Valadares em MG, Amaral Peixoto no RJ, Agamêmnnon Magalhães em PE, Nereu Ramos em SC). Em 17 de julho de 1945, foi realizada no Teatro Municipal do Rio de Janeiro a primeira convenção do partido, tendo sua existência oficializada, de fato.¹⁴ Capital do país, a escolha não fora meramente pelo luxo da cidade mais importante politicamente do Brasil: a fundação de um grande partido nesta cidade simbolizava um possível caráter nacional do partido, pois todo o Brasil convergiria para sua capital, para sua grande cidade, juntamente com o PSD.

Após a homologação de sua candidatura ao Executivo na convenção, Dutra pediu a exoneração do Ministério da Guerra para dedicar-se exclusivamente a campanha presidencial. Se na convenção o clima no partido parecia de harmonia, nos bastidores tais relações não ocorriam, necessariamente, desta forma. Embora envolvido na estruturação do PSD visando manter as bases estruturais do poder vigente, Vargas não se pronunciava acerca do candidato do partido. Aumentavam os rumores de que Getúlio quisesse permanecer no poder,¹⁵ e seu prestígio continuava bastante alto entre a população (principalmente entre os trabalhadores, o que alimentava o temor da oposição de que o político gaúcho apelasse ao apoio destes para sua permanência).

Neste mesmo mês de agosto o movimento *queremista* ganhava força, sendo apoiado pelo DIP e por políticos ligados ao Ministério do Trabalho que compunham o

¹³ LEITE; NOVELLI JR, op. cit., p. 671-676. Em vários momentos da campanha Dutra se queixa a outros interventores (principalmente Benedito Valadares) e relata em seus diários a frieza com que Vargas tratava sua campanha.

¹⁴ Idem, p. 673.

¹⁵ Idem, p. 677-679.

PTB, bem como por membros do PCB. As candidaturas majoritárias postas até então não conseguiram movimentar multidões em seus comícios como os movimentos pró-Vargas: o candidato da UDN, embora polido e com linguagem refinada, era incapaz de se aproximar da população, sendo suas manifestações restritas a parte da elite liberal nacional; o ex-ministro do *Estado Novo*, mesmo com o apoio de vários interventores, também não conseguiu criar vínculos com os eleitores que apoiavam Vargas, que seria em teoria seu público alvo.¹⁶

O movimento *queremista*, que no começo era caracterizado como manifestações espontâneas de pessoas favoráveis ao presidente, passou a ser estruturado através de movimentações organizadas, com vários comícios pedindo a manutenção de Getúlio no poder

Entre 15 e 18 de agosto, uma campanha nacional, sistemática e coordenada, foi deflagrada em todo o país para mobilizar a população em torno de um grande comício queremista. Programado para o dia 20, este seria o primeiro de diversos outros que ocorreram até a deposição de Vargas. Todos seguiram o mesmo ritual: milhares de pessoas se reuniam no Largo da Carioca e, após ouvirem os discursos, caminhavam até o Palácio da Guanabara para falar diretamente com o presidente [...].¹⁷

A candidatura Dutra já não era consenso dentro do PSD. Os estados de São Paulo e o Rio Grande do Sul eram as regiões que, embora não se opusessem diretamente à candidatura, tampouco faziam algo para colaborar no processo. Manter a coesão do recém criado partido era cada vez mais difícil, uma vez que a condição de sua estabilidade não era estável: os comícios de Dutra estavam cada vez mais esvaziados, com o silêncio constante de Vargas e as vozes que bradavam, por várias regiões do Brasil (principalmente no Rio de Janeiro) *Queremos Getúlio*

Dias antes do comício, nas sedes do PSD em São Paulo e no Recife, a propaganda eleitoral de Dutra foi substituída pela de Vargas. Diversas alas do PSD declararam apoio político ao presidente. A candidatura Dutra, até aquele momento sem empolgação alguma, ameaçava esvaziar-se por completo [...].¹⁸

¹⁶ BENEVIDES, 1981, op. cit., p. 46.

¹⁷ FERREIRA, 2003, op. cit., p. 23.

¹⁸ FERREIRA, 2003, p. 24.

O cenário político brasileiro possuía dois pontos distintos: enquanto os partidos políticos se organizavam no intuito de conquistar as próximas eleições sem a figura de Vargas no campo majoritário, havia pressão por uma parcela da população (apoiada por parte destes políticos) que era entusiasta de um cenário eleitoral democrático, mas com a manutenção de Getúlio no poder. O PSD mantinha-se assim entre o continuísmo com Vargas ou a insistência com a candidatura de Dutra, que demonstrava sinais de fraqueza constantes, com um risco real de perder estas eleições para Eduardo Gomes.

Durante todo o ano de 1945, várias medidas do governo visavam uma aproximação maior com o trabalhador, coordenando o processo de redemocratização. Um destes aspectos foi a promulgação em junho do decreto nº. 7.666 (Lei Malaia), colocando que o governo poderia interferir em empresas estrangeiras que atentassem contra a soberania nacional, retirando grandes somas de capital do país.¹⁹ Assim, era cada vez mais freqüente observar partidários do PCB nos comícios *queremistas* tanto no Rio de Janeiro quanto em outros locais do país, e a própria cúpula do partido se mostrava favorável a forma como o processo de redemocratização vinha sendo conduzido.

O cenário político em fins de 1945 girava em torno da figura de Getúlio Vargas. Tanto as campanhas presidenciais quanto as organizações para eleições nos estados (que seriam realizadas posteriormente) eram pautadas pelo apoio ou repúdio ao atual presidente; dificilmente algum segmento político buscou se manter neutro em relação ao político gaúcho neste momento.

Com os comícios mais freqüentes por todo o Brasil, a pressão sobre uma posição mais clara de Vargas em relação a sua permanência como presidente aumentava consideravelmente. Embora este aspecto não fosse uma opção legalmente formalizada, vários políticos (principalmente os ligados à UDN) tinham em mente que, através das prerrogativas que o Executivo atribuía a si durante o *Estado Novo*, tal opção seria (muito) possível. Além disto, vários comitês eleitorais a favor da manutenção de Vargas no poder funcionavam ativamente por todo o Brasil, mobilizando mais pessoas que os comitês das outras duas candidaturas. Em 03 de outubro, um comício marcado para o Largo da Carioca, no Distrito Federal (atual cidade do Rio de Janeiro), movimentou

¹⁹ FERREIRA, 2005, op. cit., p. 62.

entre 80.000 e 100.000 pessoas,²⁰ além de outras sedes do país (São Paulo, Porto Alegre, Recife e Belo Horizonte) também reunirem adeptos da manutenção do presidente, simultaneamente às movimentações no Distrito Federal. No comício, foi apresentado por Hugo Borghi (industrial paulista e um dos grandes entusiastas do *queremismo*) um documento que sintetizaria a demanda do movimento

ASSEMBLÉIA GERAL DO POVO BRASILEIRO, realizada em praça pública, no dia 3 de outubro de 1945.

Reunidos em praça pública, em todos os centros, capitais do país, cidades, vilas, povoados, estabelecimentos, lares, etc., o Povo Brasileiro, em uso de seus direitos e atribuições, resolveu o seguinte:

1º A Nação brasileira, representada pela opinião soberana de seu povo, quer as eleições a 2 de dezembro próximo;

2º as referidas eleições devem ser destinadas a eleger os legítimos representantes do povo para comporem a ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE, destinada à criação de Estatuto Legal, que deverá reger a vida política do país;

3º as eleições para Presidente da República deverão ser realizadas em época que a nova Constituição elaborada prefixar;

4º o povo determina que S. Ex., o Presidente da República, proceda à convocação imediata de seu Ministério, a fim de atender ao que ficou decidido por essa Assembléia Geral, para que se cumpram os trâmites legais da redemocratização do país.²¹

Presente no comício, Vargas assegurou a todas as pessoas que estas condições seriam atendidas. No entanto, várias articulações ocorriam no sentido de “manutenção” da ordem, e para parte dos militares a figura do presidente era uma grande ameaça a esta estabilidade, podendo a todo o momento declarar que ficaria no cargo, comprometendo a volta à democracia. No caso do PSD, esta indefinição atingia diretamente a organização partidária: ora parte dos interventores pendia para fortalecer a candidatura de Dutra, ora estes mesmos políticos apoiavam a manutenção do atual presidente.

Tal dubiedade foi, em parte, desfeita no dia 29 de outubro, quando Getúlio Vargas renunciou ao cargo de presidente e se retirou para São Borja (RS), sua cidade natal. O impacto político da retirada de cena do atual presidente foi bastante significativo, embora não chegasse a ser uma surpresa para os políticos ligados ao governo,²² uma vez

²⁰ FERREIRA, 2003, op. cit., p. 36.

²¹ FERREIRA, 2003, op. cit., p. 37.

²² LEITE; NOVELLI JR, op. cit., p. 719-740. Tanto em relatos de Dutra quanto de militares envolvidos no caso (Góis Monteiro, Ministro da Guerra; Cordeiro de Farias, um dos principais combatentes brasileiros na II Guerra Mundial; e Mendes de Moraes, militar bastante ligado a Vargas), é perceptível uma grande pressão por parte de políticos tanto da oposição quanto do próprio círculo de Vargas para que este deixasse o cargo, além de obviamente a pressão de boa parte das próprias Forças Armadas.

que a imagem do presidente vinha deixando praticamente todo o processo de reorganização política a sua sombra, causando grande descontentamento aos envolvidos no processo eleitoral.

Como o país não possuía vice-presidente nem o Poder Legislativo, assumiu o cargo o Presidente do Supremo Tribunal Federal, José Linhares. Assim, ele seria o encarregado de direcionar as eleições até a posse do novo presidente, que ocorreria em 31 de janeiro do ano seguinte.

Em meados de novembro, uma declaração do candidato da UDN acabou desencadeando o processo final das eleições de 2 de dezembro. Em um comício no dia 20 de novembro, Eduardo Gomes teria declarado, em relação aos apoiadores de Vargas que “não necessito dos votos desta malta de desocupados que apóia o ditador para me eleger presidente da República”. A declaração atingiu diretamente os principais postulantes do *queremismo*, formados em grande parte por trabalhadores interessados na manutenção do político gaúcho no poder. Hugo Borghi, uma das lideranças do PTB, conferiu no dicionário o significado de malta: [...] “Malta – agrupamento de lobos, conglomerado de má catadura, operários que percorrem as linhas ferroviárias levando suas marmitas, marmiteiros...”.²³ Partindo destas definições, o empresário divulgou a seguinte interpretação: Eduardo Gomes, candidato da elite, menosprezava quem trabalhava, menosprezava aqueles responsáveis diretamente pelo desenvolvimento do Brasil, os marmiteiros. A partir deste ponto, os apoiadores do *queremismo*, embora ainda divididos entre a candidatura do PSD e a recente candidatura do engenheiro Yedo Fiúza pelo PCB, se afastaram definitivamente do Brigadeiro, isolando a candidatura da UDN à elite liberal nacional.

O partido, criado pelos mantenedores do poder com vistas em se manterem no poder, buscava de toda forma manter o amplo controle deste processo eleitoral. A força das seções estaduais seria fundamental para uma boa votação no Legislativo, mas não garantiria uma eleição a nível nacional

Sua organização interna revelou-nos um partido federativo, em que tendências autonomistas se harmonizavam com tendências centralizadoras. Suas lideranças, fortemente enraizadas na política regional, detinham o poder a partir da competência política demonstrada em anos de experiência dentro e fora do partido [...].²⁴

²³ LEITE; NOVELLI JR, op. cit., p. 40

²⁴ HIPOLITO, op. cit., p. 255.

Logo, estar no poder era vital para o partido, que fora direcionado por Vargas e por seus principais líderes para este fim. O próprio ex-presidente articulava sua candidatura ao Senado, embora com intuitos não necessariamente de legislar na Constituinte, mas sim manter sua influência no cenário político. Depois de procurado por interventores (dentre eles Benedito Valadares e Amaral Peixoto, candidatos ao Legislativo e Hugo Borghi, representando o PTB) e convencido sobre a necessidade de se ter o partido no poder, o político gaúcho enfim cedeu e enviou um manifesto de apoio ao seu ex-ministro da Guerra. Lido no último comício, três dias antes das eleições, Vargas clamava aos eleitores que todos deveriam participar da votação em dezembro, como forma de exercer seus direitos conquistados (dando ênfase aos avanços de seu governo). Depois de enumerar as conquistas dos trabalhadores perante o sistema eleitoral, ele incentivou o voto ao candidato Dutra não como uma escolha personalista, mas sim uma escolha programática

O momento não é de nomes, mas de programas e de princípios. Recentemente, em mensagem, aconselhei os trabalhadores que cerrassem fileiras em torno de programas do Partido Trabalhista Brasileiro, representante e defensor dos seus interesses. O General Eurico Gaspar Dutra, candidato do P.S.D., em repetidos discursos e, ainda agora, em suas últimas declarações, colocou-se dentro das idéias do programa trabalhista e assegurou, a esse partido, garantias de apoio, de acordo com as suas forças eleitorais. Ele merece, portanto, os nossos sufrágios.²⁵

É difícil definir o impacto real desta declaração, uma vez que ela foi dada pouco antes do pleito. No entanto, boa parte da bibliografia consultada até então dá um peso significativo para esta declaração, uma vez que das duas principais candidaturas, a de Eduardo Gomes parecia melhor estruturada, mesmo distanciada da população mais pobre do país. A de Dutra, desacreditada por boa parte do próprio PSD, esperava se agarrar a popularidade de Vargas para conquistar votos e ao trabalho das seções estaduais (que demonstravam estar muito mais propícias a manutenção de Getúlio no poder). Tudo encaminhava para a vitória do Brigadeiro, levando a uma ruptura de fato com o legado de Vargas (outro fato que reforçava esta idéia era de que o governo de José Linhares tinha sido composto por vários políticos ligados a UDN, além de parte

²⁵ LEITE; NOVELLI JR, op. cit., p. 750-751.

dos novos interventores estaduais; o próprio Dutra teria protestado ao atual presidente sobre o fato),²⁶ embora a UDN não conseguira estabelecer um elo mais eficaz com os grupos não pertencentes a elite nacional, sintetizado pela campanha do lenço branco do Brigadeiro.²⁷

Na votação de 2 de dezembro a (tão) esperada vitória de Gomes não ocorreu. Com aproximadamente 55% dos votos, o General Eurico Gaspar Dutra foi eleito presidente do Brasil,²⁸ na primeira eleição direta para presidente desde a de Júlio Prestes em 1930 (o último candidato eleito e empossado fora Washington Luís, em 1926). Assim, o PSD conquistara nas urnas o direcionamento da política nacional: a maioria dos políticos para a Câmara e para o Senado também pertencia ao partido.²⁹ Tanto o Executivo quanto o Legislativo estariam sobre o direcionamento do Partido Social Democrático, sendo este o principal responsável pela redemocratização do país; ou seja, a democracia brasileira renascia sob os moldes daqueles mesmos que defendiam o autoritarismo até então

O voto é, portanto, vital para o PSD. Através dele o partido credencia-se como majoritário no Congresso Nacional, condição necessária para liderar alianças parlamentares e para participar dos governos, ocupando ministérios. Mais ainda, a posição majoritária do PSD será um aspecto fundamental para o exercício da função de estabilizador do sistema. A vitória nas eleições confere ao partido uma maioria parlamentar confortável que lhe permite ocupar o *centro* político do sistema partidário e interferir na dinâmica do processo político.³⁰

As eleições para o Executivo e o Legislativo Nacional evidenciaram o poder do PSD no processo eleitoral. Além da grande votação de Eurico Gaspar Dutra, o partido

²⁶ Ibid., op. cit., 746-748.

²⁷ BENEVIDES, 1981, op. cit., p. 41-47. O lenço branco era uma referência a uma manifestação política dos liberais no Império contra os conservadores, buscando espaço no Gabinete Ministerial de D. Pedro II.

²⁸ Dutra obteve 3.251.507 votos (55,39%); Eduardo Gomes recebeu 2.039.342 votos (34,74%); Yedo Fiúza ficou em terceiro com 569.818 votos (9,7%) e, em último lugar ficou Mário Rolim Teles, com 10.001 votos (0,17%). Dados do Superior Tribunal Eleitoral retirados de LEITE; NOVELLI JR, op. cit., p. 753

²⁹ BRAGA, 1998, op. cit., p. 40. Dos 41 senadores eleitos, 26 (63,5%) eram do PSD; em relação aos deputados federais, dos 297 eleitos, 159 (53,5%) pertenciam ao PSD; como estes dois grupos atuariam juntos na Constituinte, o PSD seria representado na Constituinte com 185 parlamentares (54,7%), de todas as regiões brasileiras.

³⁰ HIPOLITO, op. cit., p. 42.

foi o único a eleger representantes em todas as unidades federativas nacionais,³¹ constituindo maioria dos parlamentares em vários destes locais.³² Tanto os trabalhos da Constituinte quanto a reorganização do Estado brasileiro no pós-Estado Novo passariam pelo crivo deste partido cujos integrantes, em grande parte, deram sustentação ao período ditatorial. O regime democrático seria conduzido praticamente pelas mesmas mãos que o haviam suprimido oito anos antes (muitas presentes desde a ascensão de Vargas em 1930).

Em 17 de janeiro, um decreto baixado pelo presidente José Linhares regulamentou as atividades a serem realizadas na Constituição em relação a sua abertura, uma vez que o Brasil não contava com o Poder Legislativo desde o estabelecimento do *Estado Novo*. Neste decreto, ficou instituído que a diplomação (posse) dos candidatos ocorreria no dia 01 de fevereiro, e a presidência da sessão caberia ao Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, Valdemar Falcão. Após a diplomação, caberia aos constituintes a eleição do seu próprio presidente, em um sistema de votação única, podendo ter dois turnos caso o primeiro colocado não atingisse a maioria dos votos.³³ Além disso, havia um dispositivo regulamentando o cargo que um político assumiria caso tivesse sido eleito em mais de um estado ou em mais de uma função,³⁴ tendo o cargo de senador prioridade sobre o de deputado, salvo escolha pessoal do empossado.

Entre os eleitos, o PSD contou com praticamente todos os envolvidos na criação do partido, bem como vários ligados ao Estado Novo e a jovens lideranças apoiadas pelos políticos mais antigos; todos estariam presentes no trabalho de redemocratização nacional.

³¹ BRAGA, 1998, op. cit., p. 45

³² Ibid., p. 46. O território do Acre, que não era considerado um estado, teve o direito de obter dois representantes na Câmara, e os dois foram do PSD; nos estados de Alagoas, Amazonas, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Pará, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte e São Paulo, a maioria dos constituintes eram filiados ao PSD.

³³ BRASIL. Decreto-Lei n. 8.708, de 17 de janeiro de 1946. Estabelece as normas regimentais necessárias à instalação da Assembleia Constituinte. **Lex:** Coletanea de Legislação, São Paulo, ano 10, p. 76-78, 1946.

³⁴ Por o voto ser nominal, havia a possibilidade de um candidato ser votado em várias regiões do país. Entre outros casos, os mais notáveis foram o de Getúlio Vargas, eleito senador em 2 estados (Rio Grande do Sul e São Paulo) e deputado em 7 (Bahia, Distrito Federal, Minas Gerais, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e São Paulo); Luis Carlos Prestes foi eleito senador pelo DF e deputado por outros três estados (Distrito Federal, Pernambuco e Rio Grande do Sul).

Bibliografia

ARAÚJO, Maria C. S. d'. **Sindicatos, carisma e poder: o PTB de 1945-65**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996

BENEVIDES, Maria V. **A UDN e o udenismo: Ambiguidades do liberalismo brasileiro**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

_____. **O PTB e o Trabalhismo: Partido e Sindicato em São Paulo: 1945-1964**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

BETHELL, Leslie; ROXBOROUGH, Ian (orgs). **América Latina entre a Segunda Guerra Mundial e a Guerra Fria**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

_____. **Quem foi quem na Assembléia Constituinte de 1946 – um perfil socioeconômico e regional da Constituinte de 1946**. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 1998.

CARONE, Edgard. **A República liberal**. São Paulo: Difel, 1985. 2 v.

CARVALHO, Adriana D. de S. **Autoritarismo e Democracia: construindo instituições no processo constituinte de 1946**. Araraquara: 2008. Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Sociologia da Universidade Estadual Paulista.

CAVALCANTI, Orlando. **Os insurretos de 43 (O Manifesto dos Mineiros)**. 2º ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978 (Coleção Retratos do Brasil, v. 118).

CHACON, Vamireh. **História dos partidos políticos no Brasil**. Brasília: Universidade de Brasília, 1981.

DELGADO, Lucilia A. **Partidos políticos e frentes parlamentares: projetos, desafios e conflitos na democracia**. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília A. (orgs). **O Brasil Republicano – o tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003 (O Brasil Republicano; v.3).

DRAIBE, Sonia. **Rumos e metamorfoses: um estudo sobre a Constituição do Estado e as alternativas de industrialização no Brasil (1930 – 1960)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984 (Coleção Estudos Brasileiros, v. 84).

DUVERGER, Maurice. **Os partidos políticos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder – Formação do patronato político brasileiro**. 3 ed. Rio de Janeiro: Globo, 2001

_____. (org). **O Brasil Republicano: Sociedade e Política (1930 – 1964)**. São Paulo: Difel, 1981 (Coleção História Geral da Civilização Brasileira, v.3, tomo III).

FERREIRA, Jorge. **A democratização de 1945 e o movimento queremista**. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília A. (orgs). **O Brasil Republicano – o tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003 (O Brasil Republicano; v.3).

_____. **O imaginário trabalhista: getulismo, PTB e cultura política popular 1945-1964**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

FRANCO, Afonso A. de M. **História e teoria dos partidos políticos no Brasil**, 2. Ed. São Paulo, Alfa-Omega, 1974 (Biblioteca Alfa-Omega de ciências sociais. Série 1, História v. 3).

GIOVANETTI NETTO, Evaristo. **O PCB na Assembléia Constituinte de 1946**. São Paulo: Novos Rumos, 1986.

GOMES, Ângela C.; D'ARAÚJO, Maria C. **Getulismo e Trabalhismo**. Rio de Janeiro: Vértice/IUPERJ, 1987.

HIPPOLITO, Lucia. **De raposas e reformistas – o PSD e a experiência democrática brasileira (1945 – 64)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985 (Coleção Estudos Brasileiros, v. 85).

HOBBSBAWM, Eric. **A era dos extremos: o breve século XX (1914 – 1991)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

HOLANDA, Sérgio B. H. **Raízes do Brasil**. 26ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LEAL, Vítor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil**. 5. ed. São Paulo : Alfa-Ômega, 1986.

LEITE, Mauro R; NOVELLI Jr, Luis. **Marechal Eurico Gaspar Dutra: O Dever da Verdade**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1983.

MALATIAN, Teresa M. **O Estado Novo (1930-1945)**. Franca: Faculdade de História, Direito e Serviço Social, 1986.

POMAR, Pedro E. R. **A democracia intolerante: Dutra, Adhemar e a repressão do Partido Comunista (1946 – 1950)**. São Paulo: Arquivos do Estado, Imprensa Oficial do Estado, 2002 (Coleção Teses e Monografias, v. 4).

RÉMOND, René (org). **Por uma História Política**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François (org). **Para uma história cultural**. Lisboa: Estampa, 1998.

ROSANVALLON, Pierre. **Por uma história conceitual do político**. Franca: História (Universidade Estadual Paulista), 1996, vol. 15.

SKIDMORE, Thomas E. **Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930 a 1964)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

SOUZA, Maria do Carmo Campello de. **Estado e partidos políticos no Brasil: 1930-1964**. 3 ed. São Paulo : Alfa-Ômega, 1990 (Biblioteca Alfa-Ômega de Ciências Sociais. Série 1, v. 3).

TOUCHARD, Jean (org). **História das Idéias Políticas**. Lisboa: Europa-América, 1970 (v. 7 – Socialismos e movimentos revolucionários (1870 – 1914); O Século XX).

VALE, Osvaldo T. **O General Dutra e a Redemocratização de 45**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

DICIONÁRIOS

ABREU, Alzira A; BELOCH, Israel, LAMARÃO, Sérgio T. de N; LATTMAN-WELTMAN, Fernando (orgs). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro pós-1930**. 2 ed. rev. atual. Rio de Janeiro: FGV, CPDOC, 2001.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. 13º Ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2007. 2 v.